



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DISCURSO DE ABERTURA DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DA XVII CONFERÊNCIA ANUAL DO SECTOR PRIVADO – CASP

MAPUTO, 30 DE MARÇO DE 2022

Senhor Ministro da Indústria e Comércio;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhores Secretários de Estado;

Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;

Senhor Provedor de Justiça

Senhores Membros do Corpo Diplomático, acreditados em Moçambique;

Senhor Presidente do Conselho Directivo da CTA;

Senhores Membros da Comunidade Empresarial;

Senhores Representantes de Organizações Multilaterais e de Cooperação Internacional;

Caros Convidados;

Minhas Senhora e Meus Senhores!

Passam dois anos que não nos encontramos por razões sobejamente conhecidas. Por isso, o encontro de hoje é fundamental porque, para além dos debates habituais, iremos ver que medidas devem ser adoptadas com vista à recuperação da economia no período pós-COVID-19.

A realização desta conferência é sinal de confiança e capacidade de superação que sempre caracterizou Moçambique em momentos difíceis e adversos. E como sinal de esperança, temos já uma trajectória de retoma económica com crescimento do PIB registado em 3.32% no Quarto Trimestre de 2021.

Estimados Participantes!

Permitam-me fazer referência ao facto de o Governo, no âmbito das negociações com o Fundo Monetário Internacional ter alcançado um acordo de princípios para a implementação de um programa de reformas macro-económicas e estruturais a ser apoiado pelo Fundo, através do instrumento de financiamento alargado para o período 2022-2025.

Este programa visa promover o crescimento sustentável e inclusivo, reforçar a estabilidade macro-económica, imprimir práticas de boa governação, transparência na gestão Financeira do Estado e no combate à corrupção.

O programa vai ajudar a melhorar o acesso do país ao mercado financeiro internacional e a atrair mais investimento directo estrangeiro que irá impulsionar a realização dos objetivos de desenvolvimento.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O país encontra-se numa trajetória de recuperação que urge sustentar, apesar da conjuntura adversa decorrente dos efeitos conjugados da pandemia global da COVID-19, dos ciclones tropicais que assolaram as zonas Centro e Norte, dos ataques terroristas em alguns distritos da província de Cabo Delgado e dos efeitos da guerra entre a Rússia e Ucrânia.

A conjuntura adversa mais recente induziu a decisões na realocação de recursos internos, à mobilização de recursos externos e à implementação de diversas medidas de natureza fiscal e económica, numa equação em busca do equilíbrio entre a saúde e a economia.

Não perdemos o nosso enfoque e continuamos a empreender na realização do nosso Programa Quinquenal 2020-2024.

Neste contexto, implementámos várias iniciativas sectoriais interligadas, nomeadamente: o **SUSTENTA** na agricultura, com enfoque na autonomia alimentar e diversificação de exportações de produtos de alto valor, o **PRONAI** na consolidação de cadeias de valor e do parque industrial, incluindo o de recursos minerais, o turismo e os corredores de desenvolvimento.

Os resultados estão reflectidos nos índices de crescimento económico, resumidos no Produto Interno Bruto, que se cifrou em 2.16% em 2021, sendo de destacar o crescimento em 3,32% no Quarto Trimestre.

E neste caso, permitam-me que considere quatro referências:

A primeira, as medidas de estímulo ao sector produtivo agrícola na aquisição de insumos, equipamentos agrícolas, a expansão dos serviços de extensionistas, o subsídio ao sector algodoeiro, registando-se índices históricos na produção agrícola e avícola;

A segunda, tem a ver com a edificação de infra-estruturas de energia eléctrica, a operacionalização de silos para o armazenamento de cereais, a manutenção, reparação e construção de estradas, assim como a expansão e reabilitação dos complexos ferro-portuários, que colocam o país como incontornável no sector logístico, tirando proveito da sua posição geográfica;

A terceira, refere-se à contínua prática de políticas macro-económicas para a estabilização conjuntural, conducentes à consolidação fiscal, à estabilidade dos níveis de inflação e das taxas de câmbio, com o intuito de estabelecer mais confiança para o investimento futuro, propiciando o retorno do país aos mercados financeiros.

A quarta, remete-nos para a acção enérgica do meu Governo, pois não ficamos impávidos e serenos perante a Pandemia Global e os efeitos dos ciclones tropicais.

Empreendemos medidas de contenção da tendência de recessão nos limites orçamentários e no quadro do pacote de alívio disponibilizado pelos nossos parceiros de desenvolvimento.

Neste caso, ressaltam várias medidas de apoio ao nosso sector privado em termos de financiamento:

- Uma linha de crédito para as Micro, Pequenas e Médias Empresas no valor de **1600 milhões de meticais**;

- Financiamento às PME's, pelo Banco Africano de Desenvolvimento, no ramo agrícola para aquisição de insumos agrícolas, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável em cerca de **690 milhões de meticais**;
- A constituição de uma linha de crédito no valor correspondente a **15 milhões de dólares americanos**, para apoiar as empresas afectadas pelos ciclones Idai e Kenneth pelo Banco Mundial, tendo sido operacionalizada por via da banca comercial ao equivalente de **5 milhões de dólares**;

Em complemento ao financiamento, outras medidas de suporte compreendem:

- Um Regime Excepcional de Contratação Pública em Estado de Emergência, previsto no Regulamento de Contratação Pública;
- O licenciamento para importação de bens essenciais;
- A redução de 10% da tarifa de energia eléctrica aos consumidores com categoria social, pelo período de 6 meses a contar do dia 1 de Junho de 2020; e Isenção do IVA (17%) ao açúcar, óleos alimentares e sabões, visando mitigar os custos destes bens essenciais;
- E no que diz respeito aos **créditos bancários**, não foram consideradas as constituições de mora, decorrentes do atraso na amortização das dívidas.

Todavia, vislumbram-se sinais que indiciam o virar da página quanto à pandemia da COVID-19. Já iniciámos o relaxamento, com impacto directo no sector de turismo e restauração, os que mais sofreram nos dias difíceis da pandemia.

Hoje, é visível a retoma das viagens internacionais com efeitos no sector do turismo, o qual se reflecte no aumento das taxas de ocupação dos hotéis e restaurantes, que passaram a funcionar num horário normal ao longo da semana.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Caros Empresários!

A XVII CASP, sob o lema "*Reformando o Ambiente de Negócios para a Recuperação Económica*", constitui um momento único que enaltece o papel das organizações do sector privado na indução de políticas, que visem o crescimento económico, criação de emprego e redução da pobreza em Moçambique.

A CASP serve uma dupla função:

- **A primeira**, como uma plataforma para o debate conducente a acções de políticas para a remoção de barreiras aos investimentos e negócios, como resultado dos consensos do diálogo entre o Governo e o Sector Privado.

A sua operacionalização leva bastante tempo em razão da necessidade de harmonizar objectivos de diversas partes envolvidas;

- **A segunda**, como uma plataforma de divulgação das potencialidades do país e do estabelecimento de parcerias estratégicas.

Neste contexto e apesar do interregno observado pela CASP, no período que vai de 2020 a 2022, foram realizadas acções que acrescem a outras que ocorrem desde que esta Conferência se tem realizado. Assim, destacamos algumas acções no quadro das reformas e modernização empreendidas, designadamente:

Um: No âmbito da desburocratização dos processos de abertura de novas empresas e novos investimentos:

- A entrada em funcionamento da plataforma electrónica denominada, Sistema de Informação do Registo Predial (**SIRP**);
- Aprovação do Regulamento da Lei de Investimentos em linha com o novo quadro institucional;
- Expansão da plataforma electrónica e integrada de prestação de serviço ao cidadão (**eBAU**), em todas as 11 capitais provinciais, incluindo 38 pontos de atendimento no

país, assim como a unificação do atendimento dos serviços da Autoridade Tributária, do INSS, a Imprensa Nacional de Moçambique (INM), a Administração de trabalho em Maputo e a Conservatória de Registo de Entidades Legais (CREL);

- Aprovação do Regulamento que estabelece os procedimentos aplicáveis à contratação, implementação e monitoria das PPP's (Parcerias Público-Privado), Projectos de Grande Dimensão e Concessões Empresariais;
- Revisão do Regulamento das Instalações Eléctricas, passando a EDM a investir na aquisição de transformadores.

Dois, no âmbito da modernização da fiscalidade e facilitação do comércio externo:

- Aprovação do Regulamento de Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado, combatendo o contrabando e a fuga ao fisco;
- Revogação das taxas de assistência e fiscalização a bordo nos postos fronteiriços;
- Lançamento do Portal do Comércio Externo;
- Adesão à Janela Única Eletrónica (JUE), pelo Ministério da Indústria e Comércio, Autoridade Tributária de Moçambique e Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Operacionalização do Portal do Contribuinte, a *E-Tributação*, em todas as Unidades de Cobrança que possibilita a submissão electrónica de declarações de impostos o IVA, ISPC, IRPS, e IRPC, Taxa sobre Combustíveis, incluindo os impostos aplicados na indústria extractiva;
- Esta plataforma aumenta a eficiência na cobrança, evita enchentes nas repartições e reduz os índices de corrupção.

Três, na redução do risco de crédito e acesso ao financiamento:

- Aprovação do Regulamento sobre a Utilização de Coisas Móveis, como Garantia de Cumprimento de Obrigações, tendo subjacente uma Central de Registo de Garantias Mobiliárias;
- Aprovação do Decreto-Lei n.º 2/2021 que torna facultativa a escritura pública notarial para determinados contratos sobre imóveis;
- Implementação de um Pacote de medidas extraordinárias no âmbito da COVID-19, às quais fizemos alusão anteriormente.

Quatro, no que diz respeito a estruturas de mercado, foi operacionalizada a **Autoridade Reguladora da Concorrência**, instrumento eficaz no combate a concentrações oligopolistas.

Como se pode depreender, trata-se de um processo cumulativo e gradual.

O Governo continuará a envidar esforços para a avaliação da implementação do Plano de Acção Para a Melhoria do Ambiente de Negócios (PAMAN) 2019-2021.

Ontem, em sede do Conselho de Ministros, aprovámos três Decretos que aprovam, respectivamente:

- O Código Comercial;
- O Regime Jurídico dos Contratos Comerciais;
- O Regime Jurídico dos Títulos de Crédito;
- Proposta de Lei de revisão sobre a Prevenção e o Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Este é um trabalho contínuo e temos na fase de implementação:

- i. a criação do Terminal de Exportação de Machipanda;
- ii. a operacionalização da fronteira de paragem única em Ressano Garcia;
- iii. a aprovação do “Despacho Simplificado” para exportação; e

- iv. o alargamento do horário de funcionamento das fronteiras para evitar fuga ao fisco e o contrabando.

No mesmo sentido, tem relevância especial a Revisão da Regulamentação dos Terminais Internacionais de Mercadorias sob controlo aduaneiro, e em especial, o Terminal de Nacala.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A nossa expectativa, hoje, é que se faça uma avaliação participativa e profunda, pelo que convidamos o sector privado e os parceiros de cooperação a usarem esta interação para que conduza a recomendações concretas sobre o caminho a trilhar para melhorar o desempenho da nossa economia.

Que a CASP, também sirva de montra para a visibilidade do nosso país, a nível regional e internacional, como um bloco e plataforma geo-estratégica produtiva e comercial.

Neste contexto, gostaríamos de ver mais empresários a adoptarem sistemas de exploração e diversificação de investimentos e de produtos, tendo sempre em atenção a produtividade, a qualidade, a capacidade de competir.

Nesta CASP, fazemos votos para que as reflexões em torno dos temas escolhidos sirvam para consolidar o sector privado e o ambiente de negócios favorável ao investimento em Moçambique, tais como:

- A Restruturação da Economia para Revitalização do Sector Empresarial;
- A Revitalização da competitividade de produtos agrícolas de rendimento em Moçambique;
- Soluções Financeiras para a recuperação do sector empresarial e criação de resiliência; e
- O Uso do gás para Industrializar Moçambique, entre outros, que são disso um exemplo;

Sobre o último tema, e sem pretender esvaziar ou direccionar o debate que se segue, mas tão somente com o único fim de manter aceso o ritmo das reflexões, permita-me tecer algumas considerações.

Como objectivo primordial, o empresariado deverá continuar a preparar-se para criar capacidades que permitam a sua inclusão na cadeia de fornecimento de bens e serviços.

Neste sector e sem se confinar aos empreendimentos da Bacia do Rovuma, apresentam-se oportunidades na cadeia de valor de transporte e distribuição nos empreendimentos de Temane para a produção do gás de cozinha, sendo o mesmo aplicável às unidades de enchimento em Maputo, Beira e a partir do próximo mês, em Anchilo, no preenchimento da rede de retalho, do armazenamento e do transporte.

Como sempre defendemos, as capacidades competitivas são erguidas ao longo do tempo, por via da formação e aprendizagem, além da acumulação de capital para investimentos.

A dependência excessiva numa legislação protectora é insustentável, distorce os preços e provoca a corrosão da competitividade dos empreendimentos no mercado internacional quando os custos são empolados, sob a cobertura de Conteúdo Local.

Na mesma senda, a definição dos critérios de “Conteúdo Local” deve merecer o debate apropriado para que a retenção do valor no país, seja optimizada.

Adicionalmente, as ligações das PME's com os empreendimentos de larga escala têm de seguir a base diversificada da nossa economia, que incorpora:

- Empreendimentos de Grafite, Areias pesadas e do Carvão;
- Indústrias diversas do sector alimentar, de bebidas e cimento; Infra-estruturas portuárias;
- Grandes hotéis nos centros urbanos e nas estâncias turísticas;
- Obras de construção civil; e

- As grandes explorações agrícolas associadas ao tabaco, açúcar, castanha de caju, algodão, e agora, pensamos no chá, na macadâmia, na soja, entre outros.

E, por último, todos sabemos e falamos como grandes analistas, reafirmamos que os recursos devem beneficiar as comunidades, criar emprego para os jovens e favorecer o processo de industrialização que acresce valor a estes recursos, contribuindo para a alteração estrutural da nossa economia.

Portanto, o canal fiscal não pode ser o único a justificar os benefícios para o país.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Caros Empresários!

Queremos dirigir palavras de apreço e agradecimento a todos presentes e aos que nos assistem virtualmente, e em especial aos membros da Comissão de Conteúdos da Décima Sétima CASP.

Renovo a aposta de aprimorar, cada vez mais, o quadro legal vigente e implementar reformas que garantam a contínua melhoria do ambiente de negócios no nosso país.

É nosso interesse premente tornar o sector privado nacional cada vez mais robusto, mais sólido e competitivo e, que contribua para o crescimento económico e a consequente geração de mais postos de emprego e renda para as famílias moçambicanas.

Continuaremos a empreender esforços pela paz e segurança como os alicerces do processo de desenvolvimento da nossa economia, com intervenções que incidam no reforço da capacidade das nossas Forças de Defesa e Segurança e sustentabilidade da paz, a médio e longo prazos, em todo o país.

Gostaríamos igualmente, de ver mais empresários a explorarem as oportunidades que são abertas pelos protocolos e acordos de que somos parte integrante no contexto da SADC, como um mercado mais vasto, que oferece economias de escala, em que se exige a competitividade sem recurso a barreiras alfandegárias.

Para o empresariado nacional, apelamos à sua internacionalização no mercado externo, onde se capitaliza a experiência local e a viabilidade é incontestável, para que não seja mero receptor de capital do exterior para formação de parcerias ou intermediário de negócios internacionais.

Termino, dando as boas vindas a todos, espero e perspectivo que estes três dias de trabalho sejam bastante produtivos e para isso, **declaro aberta a Décima Sétima Conferência Anual do Sector Privado, 2022.**

MUITO OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO!